

Roriz é acusado por desperdício de verbas ⁹⁹

Texto recomenda aprofundamento das investigações sobre governador do DF

BRASÍLIA — O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, é acusado de usar verbas do Orçamento, de maneira descontrolada, desperdiçando o patrimônio público, em obras como as do Metrô, ampliação do presídio da Papuda e construção da Escola Técnica de Brasília. A acusação faz parte do relatório que a subcomissão de emendas da CPI do Orçamento concluiu ontem. No documento, a subcomissão propõe a continuidade das investigações pelo Ministério Público Federal (MPF) e Receita Federal. Roriz é responsabilizado

por "malversação do patrimônio público, mesmo que por omissão, na medida em que foi sob sua supervisão que ocorreram episódios ruinosos ao Tesouro Público". O governador negou a existência de qualquer irregularidade. Disse que, se ocorreram, a culpa cabe exclusivamente ao governo federal.

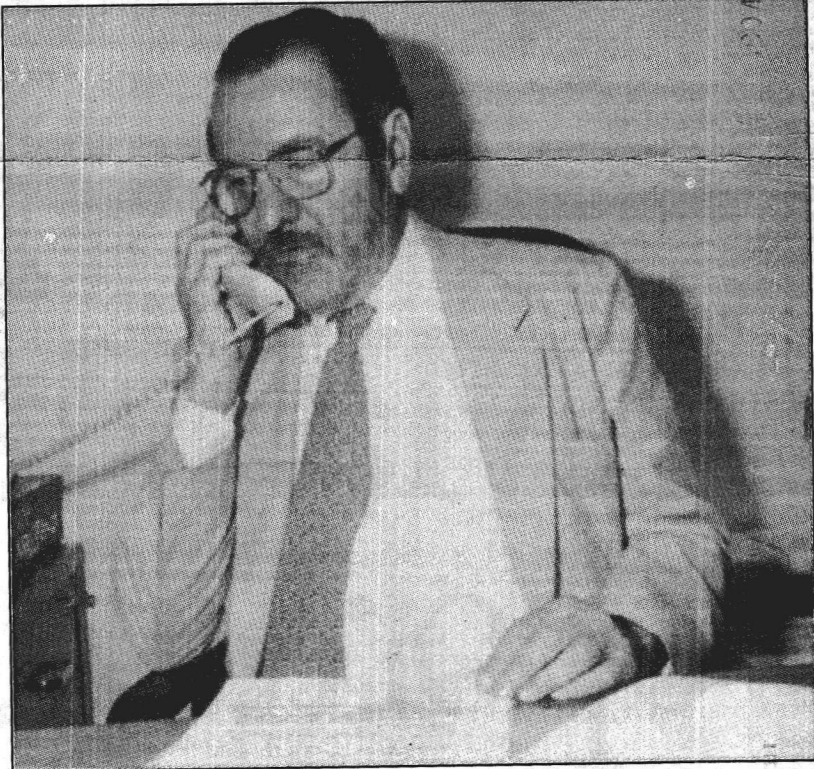
O documento será encaminhado também à Câmara Distrital do DF, mas não constará no relatório final da CPI por persistir a dúvida jurídica sobre a competência do Congresso para investigar um governador. "No caso da ampliação do presídio da Papuda, o desembolso injustificado de dinheiro público alcançou a marca de 60%", assinalou o relatório. "A situação agrava-se no que tange à obra da Escola Técnica: nesse projeto, o superfaturamento médio ultrapassou a barreira dos 100%, de modo que a comunidade poderia ter,

com o mesmo dinheiro, não uma única escola, mas duas." Na ampliação do presídio, as irregularidades incluem uma carta de fiança, apresentada pela vencedora da licitação, Construtora OAS, com vencimen-

to — "data inexistente".

O relatório da subcomissão, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), poupou apenas três pessoas da lista de investigados pela CPI e recomendou a cassação de 17 parlamentares, por falta de decoro parlamentar, sonegação fiscal e suspeita de enriquecimento ilícito. Além

LUCENA É
CITADO POR
SUSPEITA DE
IRREGULARIDADE



Bisol: relatório do senador pede a cassação de 17 parlamentares

dos já conhecidos, foi incluído o deputado Aníbal Teixeira (PTB-MG) — veja quadro acima. Para os que não tiveram a cassação recomendada, o documento propõe que o MPF e a Receita Federal dêem prosseguimento às investigações. Até o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), foi citado por suspeitas de irregularidades e proposto o encaminhamento do seu nome para investigação.

Também deverão ter sua vida fis-

cal e patrimonial devassadas pela Receita e pelo MPF os governadores Edison Lobão (PFL), do Maranhão, João Alves Filho (PFL), de Sergipe, os ex-ministros Margarida Procópio, Carlos Chiarelli e Henrique Hargreaves e os ex-secretários nacionais de Habitação Ramon Arnús e de Saneamento Walter Annichino. Os três absolvidos são o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e os deputados Valdomiro Lima (PDT-RS) e Gedel Vieira Lima (PMDB-BA).